

A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural?

Bruno César Rodrigues

Mestrando em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Giulia Crippa

Profa. Dra. Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo

Apresenta e discute questões como informatividade, oferta de sentidos e recuperação da informação, além de elencar definições de informação e mediação. Com base nos assuntos apresentados, busca discutir os possíveis problemas enfrentados pelo profissional da informação, enquanto mediador cultural no âmbito dos museus de arte.

Palavras-chave: *Recuperação da informação; Ciência da informação; Informação; Mediação cultural.*

Information retrieval and the concept of information: what is relevant in cultural mediation?

The article presents and discusses issues such as informativeness, offering of directions and information retrieval, and also lists definitions of information and mediation. Based on the topics presented, the possible problems faced by information professionals are discussed while cultural mediators in the context of art museums.

Keywords: *Information retrieval; Information science; Information; Cultural mediation.*

Recebido em 13.12.2009 Aceito em 10.01.2011

1 Introdução

No decorrer de sua história, a Ciência da Informação (CI) tem se deparado com problemas de difícil tratamento, sendo alguns deles: O que é informação? O que é relevante para o usuário? Quem é o usuário final? A mesma tem se empenhado na busca de soluções para tais problemas, configurando-se, para tanto, como um campo multi, inter e mesmo transdisciplinar (SARACEVIC, 1992; 1995; PINHEIRO, 2006). Dessa forma, utiliza-se dos conhecimentos desenvolvidos em outras ciências para realização de suas atividades. Algumas das áreas que se relacionam com a CI são: ciência da computação, ciência cognitiva, biblioteconomia, comunicação, entre outras (SARACEVIC, 1992; 1995).

Um dos objetivos da CI é facilitar o acesso rápido e eficaz, para os usuários de Sistemas de Recuperação da Informação (SRI), às informações que tais sujeitos julguem ser relevantes. No entanto, as subjetividades que envolvem a definição de informação e o conceito de relevância dificultam a realização plena desse objetivo. Outro aspecto que prejudica a solução do problema observado por Mooers (1951 *apud* SARACEVIC, 1992), a Recuperação da Informação (RI), é a dificuldade em definir quem é o usuário do SRI.

Sabe-se que cada indivíduo é constituído por características sociais, históricas, políticas e ideológicas distintas. Dessa forma, e em uma sociedade na qual este mesmo indivíduo possui formações diferenciadas de seus iguais, como definir o que é informação relevante para o mesmo? Como tratar estas diferenças em um sistema, comumente, rígido, fechado? Há, atualmente, o conceito de indexação livre, folksonomia, que dá mais liberdade para que o usuário determine o que lhe é importante em termos de informação. No entanto, há críticas que apontam falhas nesse sistema de classificação, referentes a um "caos" informativo (CATARINO; BAPTISTA, 2007).

Quanto às subjetividades que envolvem a definição do termo informação, tem-se observado diversas abordagens que buscam estabelecer um conceito do mesmo, e o termo conhecimento é comumente utilizado como sinônimo daquele. Nesse ínterim, informação tem sido considerada como tangível e conhecimento como intangível. Todavia, ao ser determinado como informação aquilo que é informativo e relevante para o usuário de um SRI, torna-se difícil estabelecer um ponto fixo que determine se informação é tangível ou intangível, pois, para o usuário, isso pode ser distinto.

Sendo a CI um campo multi, inter e mesmo transdisciplinar, é possível observá-la, através dos mais variados contextos profissionais. Assim sendo, busca-se analisá-la, a partir dos museus de arte. Ou seja, relaciona-se o conceito de informação com o processo de mediação em tais museus e, dessa forma, percebe-se um aumento das dificuldades enfrentadas pelo profissional da informação no que tange à definição do

que seja informação relevante aos usuários desse ambiente, devido às subjetividades que envolvem a definição de Arte.

Arte, em geral, é definida "como manifestações, técnica ou habilidade proveniente de atividades humanas, geralmente ligadas à ordem estética, através da expressão de idéias, percepções, sentimentos etc., e provocam sentimentos na pessoa que a frui" (RODRIGUES; CRIPPA, 2009, p. 3). Tradicionalmente, os produtos considerados Arte são as esculturas e as pinturas. Já no contexto das Artes Contemporâneas, a utilização de diversos materiais e mesmo tecnologias na constituição dos produtos artísticos faz com que não seja possível estabelecer um "material particular que desfrute do privilégio de ser imediatamente reconhecido como material da arte" (ARCHER, 2001, p. 19). No entanto, o que torna as informações subjetivas no contexto do museu de arte é o fato de que o significado da obra emerge, em muitos casos, de seu contexto tanto social quanto político e mesmo formal (ARCHER, 2001).

Outro aspecto a ser considerado também é que cada obra "é dotada de características peculiares enquanto produtos artísticos produzidos, ou escolhidos, por artistas que possuem suas individualidades" (RODRIGUES; CRIPPA, 2009, p. 6). Assim sendo, é necessário ao profissional da informação um conhecimento mais aprofundado de tais questões, para tentar entender o que possa vir a ser relevante e informativo aos usuários do museu de arte. Ainda assim, retorna-se a ideia de que cada indivíduo é constituído por características sociais, históricas, políticas e ideológicas distintas.

Tratar as informações técnicas de uma obra (nome de autor, data da obra, dimensões, técnica utilizada etc.), para Umberto Eco (1981), é o mesmo que falar da obra cientificamente e, para o autor, isso não basta. As percepções provocadas por uma obra de arte devem ser consideradas no momento de coleta das informações para a disponibilização ao usuário. Portanto, para trabalhar o processo de mediação cultural de obras de arte, é necessário definir quais são as informações artísticas, mas sem se esquecer de quem é o usuário que acederá tal obra. Definidas essas informações, deve-se atentar, também, para o que é e como se faz a mediação das mesmas.

Quanto à mediação cultural, encontram-se na literatura muitas citações do termo. Entretanto, aponta Almeida Júnior (2008), que se tem observado pouca discussão que envolve a definição deste termo ou mesmo sua aplicação como campo de trabalho, ou, ainda, quem é o responsável por este processo: o homem e/ou os dispositivos técnicos?

Intenta-se, neste trabalho, apresentar algumas das discussões empreendidas no âmbito da CI e as abordagens dos problemas por ela estudados, bem como algumas das teorias voltadas à definição de informação e mediação. Para tanto, serão levantados alguns dos aspectos quanto à informatividade, oferta de sentido e RI em CI. Finaliza-se o mesmo, observando alguns dos problemas enfrentados pelo profissional da informação, quando este exerce a função de mediador no campo do museu de arte, além de buscar estabelecer as relações entre a CI e o campo artístico museológico através da mediação cultural.

2 Ciência da Informação: informatividade, oferta de sentidos e recuperação de informação

A CI, em sua definição clássica, é (ou busca ser) responsável pelo que se relaciona "à produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação" (GRIFFITH, 1980 *apud* CAPURRO, 2003, p. 4). Há diversas discussões que se referem a cada um destes aspectos, como se observa na literatura da área. No entanto, neste trabalho, busca-se dar um foco maior às questões voltadas à Recuperação da Informação (RI). Pretende-se apresentar alguns aspectos da RI e elencar alguns dos problemas enfrentados por ela, bem como apresentar o que se tem discutido como possíveis soluções, mas sem se esquecer de expor que estas também possuem suas falhas.

Observa-se que as discussões referentes à RI estão intrinsecamente ligadas à noção de relevância informacional, visto que em um SRI não se indexa qualquer coisa, mas, sim, aquilo que é (pode ser) importante para o usuário e, em consequência disso, será buscado posteriormente. Esta observação implica outras abordagens, nesse caso, o que vem a ser relevância informacional.

Ao realizar a leitura de um texto, por exemplo, cada leitor busca/pesquisa as informações que podem ser importantes, que respondem suas necessidades informacionais. Assim, a busca/pesquisa se dá a partir daquilo que lhe é proeminente. O profissional da informação, em sua função de facilitar o acesso às informações importantes aos usuários, reduzindo seu tempo de pesquisa e gerando resultados mais eficazes, tenta destacar o que se sobressai no texto, colocando, em evidência, tais temas através de termos previamente estabelecidos pela área.

Assim, parte-se do pressuposto de que o texto seja inicialmente informativo e "O conceito de informatividade é originalmente utilizado na literatura da Lingüística Textual que, na sua versão contemporânea, destaca o fato de que a compreensão de um texto depende do conhecimento de outros textos [...]" (LARA, 2008, p. 2). Neste caso, o que se encontra em destaque é a ideia de intertextualidade. Conforme a mesma autora aponta, o objeto informativo está vinculado "às estruturas informacionais, terminológicas e de linguagem das comunidades discursivas que, mesmo em situações onde não são compartilhados pontos de vista, são determinantes para definir os critérios de relevância que fazem com que algo seja informativo" (LARA, 2008, p. 2-3).

Nesse ponto, é possível observar algum problema enfrentado pelo profissional da informação, no que se refere a determinar o que seja relevantemente informativo ao usuário: cada indivíduo é constituído por características sociais, históricas, políticas e ideológicas distintas. O próprio profissional da informação não consegue desvincular-se de sua

formação para tentar determinar o que, de fato, seria realmente importante ao usuário. Sendo assim, o profissional pode não conseguir contemplar plenamente as expectativas do usuário.

De qualquer modo, é necessário ter em mente que o processo de indexação visa dar destaque ao que vem a (ou possa) ser informação relevante ao usuário, objetivando o que será armazenado e posteriormente recuperado pelo mesmo. Esta relevância deve ser observada através de questionamentos: Para quê? Para quem? Quando? Como? Entre outros. É essencial saber quem é o usuário e quais as (possíveis) necessidades do mesmo para que o processo seja eficaz. Todavia, como prever quem é o usuário e quais suas necessidades, considerando suas diferenças? Aqui se adentram outras discussões, o que não se pretende no trabalho, mas sabe-se que estudos de usuários tanto são possíveis quanto podem dar retornos positivos para o resultado final do trabalho de armazenamento do que é informativo.

Novas técnicas têm sido desenvolvidas para tentar atender de forma mais efetiva este problema: a relevância para o usuário. Há estudos totalmente voltados a novos sistemas de classificação e indexação, sempre buscando considerar o usuário dos SRIs. Estes estudos não têm se restringido apenas aos bancos e bases de dados acadêmicos, mas, também, à *Internet* como um todo. Como exemplo, tem-se a folksonomia: sistema de indexação livre, em que o próprio usuário indexa, por meio de *tags*, os materiais de acordo com seu ponto de vista. Mesmo que essa técnica possa dar a sensação de que as necessidades do usuário sejam contempladas, há percepções de problemas nesse sistema, sendo um deles o "caos" informativo (CATARINO; BAPTISTA, 2007). Isso se dá pelo fato de que os usuários não utilizam termos, no sentido das linguagens documentárias e nem uma normalização do uso das palavras, do senso comum, escolhidas por eles. Estas palavras utilizadas deixam abertos os espaços para a polissemia ou mesmo polifonia. Outro aspecto é que cada usuário (pode) fazer uso de palavras diferentes para representarem o mesmo assunto.

Cada documento apresenta uma "oferta de sentidos" (CAPURRO, 2003; LARA, 2008) e cada leitor faz sua seleção, baseada em sua formação e influência social, histórica, ideológica, política etc. Os profissionais da informação, como intermediários entre as informações e os usuários, não são sujeitos neutros, e fazem a seleção das "ofertas de sentido", com base em seus próprios conhecimentos de mundo. Eles buscam disponibilizar aos usuários informações com graus de polissemia reduzidos. No entanto, essa delimitação de sentidos acaba por preestabelecer rumos, muitas vezes, não desejados pelos usuários, uma vez que nem sempre condizem com aquilo que os mesmos consideram relevante. Entremontes, torna-se indefectível determinar o que vem a ser informação. Esta é apresentada em diversos sentidos, sendo ela uma constituição particular ou coletiva, tangível ou intangível, entre outras perspectivas.

Dessa forma, busca-se apresentar, no próximo tópico, algumas discussões referentes ao termo informação e suas definições. Apesar das

tentativas de uma conceituação mais consensual, tem-se percebido que a definição do mesmo se apresenta como subjetiva. Isto é, ela depende das capacidades e habilidades de interpretação de cada indivíduo (CAPURRO; HJORLAND, 2007), o que dificulta o trabalho do profissional da informação, no momento da indexação das informações, visto que sua interpretação pode ser totalmente oposta à do usuário.

3 Informação: alguns conceitos

O que é informação? Para o quê serve informação? O que é estar informado? Informação, documento e conhecimento são sinônimos? Estas e outras questões permeiam o âmbito da CI, considerada a ciência que estuda as informações e suas relações com o indivíduo, com os sistemas informatizados e com a sociedade como um todo. Muitas discussões são empreendidas na busca pela definição do termo informação. Cada definição parte de perspectivas diferenciadas e, algumas vezes, mostram-se opostas e complementares ao mesmo tempo. Neste trabalho, pretende-se abordar algumas das teorias relacionadas à definição do termo informação no âmbito da CI.

Um estudo amplamente divulgado e que também tem servido como base para se discutir o termo informação é o texto "Epistemologia e Ciência da Informação" de Rafael Capurro (2003). Nesse trabalho, o autor aborda a definição do termo, subdividindo as noções do mesmo em três categorias. A primeira, bastante abordada em vários estudos, é a que se denomina por paradigma físico. "Em essência esse paradigma postula que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor" (CAPURRO, 2003, p. 8). Nessa acepção, o que ocorre é um processo de transferência de informação ou, em outras palavras, troca de informação, na qual esta é designada como um objeto concreto e que pode ser mensurado.

Em linhas gerais, pode-se dizer que, além de ser mensurável, a informação não necessariamente envolve significado semântico em seu sentido físico. Esta noção está bastante ligada aos primeiros estudos que, de certo modo, culminam nesta que se denomina CI, a qual visava possibilitar o acesso às informações no contexto do *boom* (informacional "explosão da informação" técnico-científica) do pós-guerra (a partir de 1945). Vannevar Bush (1945) foi quem observou a necessidade de se estabelecer melhores formas de recuperação das informações, reduzindo o tempo entre a busca e o resultado. A partir desta necessidade, intentou-se desenvolver novas técnicas de arquivamento e recuperação da informação, bem como a tentativa de determinar o que seria considerado como informação.

Le Coadic (2004, p. 4) determina informação como:

[...] uma medida da organização de sistema: medida da organização de uma mensagem em um caso (Shannon, Weaver), de organização de um ser vivo no outro caso (Von Bertalanffy). E também a medida das moléculas em um recipiente que contém um líquido ou um gás (Boltzman).

O mesmo autor também afirma que documento vem a ser um termo genérico utilizado para designar objetos que são portadores de informação, assim, esta noção vem a ser o conhecimento registrado.

A ideia de "*information-as-thing*"¹, Buckland (1991), é considerada sob a perspectiva desse paradigma, de forma que a um objeto é atribuído uma capacidade informativa. Isto é, uma pedra possui a capacidade de informar a um geólogo as condições do solo pesquisado e tal capacidade informativa foi atribuída pelo geólogo.

Buckland (1991) também retoma o conceito de documento como fonte de informação, através dos documentalistas franceses Pollard e Briet. Neste caso, o autor observa que objetos não são necessariamente documentos, mas que devem ser considerados como tal a partir do momento em que são processados com essa finalidade. Isto é, a pedra só será um documento, possuirá informações, se o geólogo, ou outro sujeito, atribuir-lhe a capacidade informativa. Daí a noção de "*informaton-as-thing*". Também a partir disso, observa-se que informação é aquilo que é informativo a um indivíduo ou uma coletividade. Entrementes, Buckland (1991) afirma que se tudo pode ser informativo e qualquer coisa pode ser informação, esta se torna banal. Em contrapartida, ao ter em mente que a informatividade pode ser determinada pelo indivíduo (no caso dos SRIs, pelo usuário), o que é informação poderá divergir de um para o outro. Logo, nem tudo seria informação para todos, não permitindo que a mesma seja trivial, como afirma o autor.

Sob outra perspectiva, para Aldo Barreto (1994) e também Bruno Latour (2000), informação é aquela que liga/sintoniza o mundo, sendo necessária e participante da evolução do homem, referenciando-o e a seu destino. Barreto (1994) julga que informação é importante na redução de incertezas e organização de sistemas. Em contrapartida, percebe-se que informação também aumenta a incerteza, distanciando ainda mais aquilo que se busca. Pode-se dizer que aqui se apresenta a oposição entre quantidade e informatividade. Isto é, a noção de que mais informado o indivíduo está quanto maior for seu estoque de informação cai por terra. Não adianta ter um grande conjunto de informações que não fazem sentido. Vale mais possuir uma quantidade restrita de informações que realmente são informativas, que realmente façam sentido a este sujeito.

Com o exposto, depreende-se que uma "coisa" não é e nem pode ser informação por si só. Todavia, pode ser informativa, concretizando-se como fonte de informação (documento). Ao mesmo tempo, informação não deve ser considerada isoladamente. Junto a ela, estão atreladas as

¹ Adota-se, aqui, os termos em seu original inglês por acreditar que haja inconsistências na tradução literal, amplamente difundida na área.

noções de documento e mídia (BUCKLAND, 1991). Mas, o que Capurro (2003) busca dar destaque é o fato de que, no paradigma físico, os usuários não são considerados. O papel ativo do usuário é excluído desse paradigma e o mesmo é colocado na posição de receptor passivo daquilo que se pretende informar.

Aldo Barreto (1994) também apresenta a informação como algo pronto, já construído, e que possibilita, por sua vez, a constituição de conhecimento. Isto é, em um primeiro momento, o autor determina conhecimento como um mero conjunto de informações, que se relaciona ao paradigma citado. Não obstante, em um segundo momento, Barreto (1994) diz que informações não produzem conhecimento por si só. Elas necessitam da intervenção do homem. Em outras palavras, não basta construir estoques daquilo que se classificou como informação para a constituição do conhecimento, mas tem que haver a interação/comunicação entre esses estoques e os usuários, sendo estes os principais responsáveis pela constituição do próprio conhecimento. Nesta acepção, adentra-se ao segundo paradigma da informação, caracterizado por Capurro (2003): o paradigma cognitivo.

Ao se definir que algo é informativo, que esta informação atende às suas necessidades e que a mesma tem sentido considerável, o indivíduo apropria-se dela, processa-a e constrói um novo conhecimento. Este indivíduo utiliza esta nova informação para ligar os pontos soltos de seu conhecimento, que se encontrava em estado anômalo (BELKIN, 1980 *apud* LE COADIC, 2004). "Essa teoria parte da premissa de que a busca de informação tem sua origem na necessidade ("*need*"), que surge quando existe o mencionado estado cognitivo anômalo, no qual o conhecimento ao alcance do usuário, para resolver o problema, não é suficiente" (CAPURRO, 2003, p. 10). Sob outro ponto de vista, "informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo" (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 155). Isto significa que as informações são construídas pelas pessoas conforme suas necessidades e com base em suas capacidades, até mesmo cognitivas.

Estes autores defendem, também, que informação é tudo aquilo que seja importante e responda uma questão feita pelo indivíduo. "Na prática, contudo, informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo servidos pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas, em vez disso, de modo coletivo ou particular" (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 187). Estes mesmos autores destacam, também, que "a distinção mais importante é aquela entre informação como objeto ou coisa (por exemplo, número de *bits*) e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo" (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 193). E complementam que é fácil determinar quantas e quais palavras possuem um documento, bem como descrevê-lo. No entanto, saber para quem este documento é relevante e quais as questões que podem ser resolvidas através dele ainda é um problema difícil de resolver.

Na concepção de Buckland (1991), "*Information-as-process*" vem a ser o processo de transmitir uma informação que pode ser processada pelo receptor, transformando seu conhecimento. A pedra transmitiu ao geólogo as informações sobre o solo pesquisado; "*Information-as-knowledge*" seria o conjunto de informações absorvidas e processadas pelo indivíduo. O geólogo processou as informações transmitidas pela pedra e teve seu conhecimento transformado, o que lhe permitiu constituir um novo conhecimento.

Embora seja válido esse segundo paradigma da informação, o mesmo não considera o indivíduo como elemento do contexto social. Em outras palavras, é uma visão reducionista, a qual percebe o usuário como um ser que vive em uma esfera, separado do mundo exterior, sem contato social algum (CAPURRO, 2003). É, em contrapartida a essa idéia, que Capurro (2003) define o paradigma social da informação, com base em estudos de Hjørland quanto à análise de domínio (*domain analysis*) (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004). "Uma consequência prática desse paradigma [o cognitivo] é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo" (CAPURRO, 2003, p. 12). De modo geral, para este mesmo autor, o paradigma social pode ser definido como uma junção das perspectivas do paradigma cognitivo e um contexto social. Neste contexto, não apenas o indivíduo, mas sim uma comunidade que desenvolve seus critérios de seleção do que é relevante.

Em alguns momentos é perceptível, através das considerações acima, que o conceito de informação flutua entre a materialidade e a imaterialidade, entre o tangível e o intangível. Pode-se observar, também, que, apesar das divergências entre teorias, há ponto de concordância entre alguns dos autores que pesquisam o conceito de informação: esta é aceita como aquela que transforma o estado atual de conhecimento de uma pessoa ou coletividade. Também é perceptível a complexidade que é definir informação bem como o que é (ou pode ser) relevante a um indivíduo.

A noção de que a compreensão de algo se faz através de outras leituras, formando a intertextualidade (LARA, 2008), dificulta a resolução do problema da RI, estudado pela CI. Contudo, é sabido que o mesmo não pode ser resolvido plenamente, pois o indivíduo e/ou a coletividade, está em constante transformação. Sendo assim, os problemas apresentados devem ser constantemente dialogados, sem desconsiderar nunca a volatilidade social. Em outras palavras, a CI tem um trabalho árduo e sem fim.

Percebe-se que, em geral, informação pode ser considerada tanto como intangível quanto tangível e é passível de ser recuperada. Por outro lado, conhecimento fica no nível da intangibilidade. O que é considerado por um indivíduo como informação pode não ser para o outro. Ao realizar uma busca por determinada informação, em um SRI, o que se recupera é o registro físico (ou virtual/digital, porém, passível de fisicidade) desta informação. Nesse mesmo registro não há uma única informação, mas um

sem número de ofertas de sentidos que, com a devida interpretação, caracterizar-se-á como informação.

Enfim, ao restringir essas questões de informatividade, oferta de sentidos e recuperação de informação, e ao ampliar o campo de atuação da CI para os museus de arte, surgem novos questionamentos: Quais os problemas enfrentados pela mediação de informações culturais, no âmbito dos museus de arte? A definição de mediação interfere no processo de seleção do que é relevante, em termos de informação, em uma exposição, seja física ou virtual/digital? Tem-se a consciência de que estas questões não podem ser respondidas tão já ou em sua completude. No entanto, busca-se ao menos colocá-las em evidência para, assim, contribuir com as reflexões da área.

4 Abordagens quanto à mediação

Nota-se que, nos últimos tempos, questões envolvendo a mediação têm sido discutidas cada vez com mais frequência e nos mais diversos âmbitos do conhecimento e das práticas, tornando-a bastante complexa. Tais discussões são realizadas tanto no plano das práticas – possibilidades de aplicação ou as aplicações em si – quanto no plano teórico. A CI, a museologia, a educação, a comunicação, a filosofia, a sociologia, enfim, muitas são as áreas que se apropriam do termo e o estuda aplicado em seu contexto, gerando, muitas vezes, resultados diversos. Apesar dos diferentes e possíveis usos do termo mediação, tem-se o intuito de observar seu uso no campo dos museus de arte em confluência com as atividades da CI.

Enquanto há termos que se impõem à comunidade intelectual e científica, devido a sua abrangência temática e acúmulo de discussões, as quais se encontram envolvidos, há outros que são difíceis de serem circunscritos, mas que, no entanto, circulam naturalmente no âmbito acadêmico e o termo mediação caracteriza-se no segundo caso (ALMEIDA, 2008).

Almeida Júnior (2008) assegura que o termo mediação é muito citado em CI, mas que, no entanto, as discussões empreendidas no campo estão mais voltadas ao plano das práticas bibliotecárias que da teoria. Isto é, discutem-se os processos de aplicação da mediação em vez do que os define. Em muitos casos o conceito de mediação é assimilado, apreendido e compreendido, afirma Almeida Júnior (2008). Contrário a isto, o autor acredita que seja de grande importância definir o termo e suas práticas de modo mais consistente.

A mediação no campo da CI, comumente está relacionada às práticas do fazer profissional (ALMEIDA, 2008). Entretanto, estaria ela ligada às práticas de atendimento direto ao usuário da unidade de informação (mediação explícita) e não necessariamente relacionada aos fazeres práticos do profissional da informação que envolve a busca, seleção, aquisição, tratamento e organização dos documentos para posterior recuperação (mediação implícita) (ALMEIDA JÚNIOR, 2008). Sob esta perspectiva, o termo fica restrito à noção de que seja apenas a

resposta a uma pergunta, a uma necessidade. Traçando um paralelo com as discussões apresentadas quanto à informação, esta mediação estaria relacionada ao paradigma cognitivo.

Tem-se no imaginário comum, até mesmo na área de CI, a mediação como uma ponte que "permite a relação entre dois pontos que, de alguma forma, estão impedidos de interagir por obstáculos e empecilhos" (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 3). Em contrapartida, o mesmo autor critica tal visão por torná-la estática.

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 262).

Teixeira Coelho (2004, p. 248), por sua vez, pensa a mediação como "processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte". Esta perspectiva da "aproximação" remete às ideias de Bruno Latour (2000), quanto aos centros de cálculos, onde os mediadores possibilitam as relações entre os "centros" e as "periferias", promovendo uma melhor compreensão do mundo.

De modo geral, Jean Davallon (2007) apresenta pontos de contato com os dizeres de Teixeira Coelho (2004), quando pensa o processo de mediação relacionado à aproximação, ao acesso do indivíduo ou coletividade às obras ou saberes culturais. O autor ainda complementa que tal processo, praticamente,

[...] não deixa de cobrir coisas tão diversas como a prática profissional dos mediadores (de museu ou de património, por exemplo); uma forma de acção cultural por oposição à animação cultural; a construção de uma relação com a arte; produtos destinados a apresentar ou a explicar a arte ao público; etc. (DAVALLON, 2007, p. 4).

Sob outro ponto de vista, Rasse (2000) afirma que a definição do termo, no contexto artístico cultural, perpassa tanto o saber teórico quanto o prático do profissional mediador – que pode ser o bibliotecário, o arquivista, o museólogo, o artista, entre outros – e que, até certo ponto, tudo pode ser mediação. Isto a começar pela linguagem e o simbólico, que asseguram ao longo do uso pelos sujeitos a apropriação singular dos códigos coletivos, acrescentando-se, ainda, as formas de sociabilidade, as estruturas da comunicação interpessoal e mediáticas, que ligam as pessoas entre si e ao coletivo. Nesta acepção do autor, a mediação tem a função de assumir a tensão entre o indivíduo e o coletivo. Assim sendo, a

ideia de mediação desponta como um processo de comunicação que envolve as trocas subjetivas entre os sujeitos transmissor e receptor.

Sob uma visão mais ampla de mediação, Rasse (2000) afirma que a definição deste termo recobre a ideia de cultura em seu sentido antropológico. Assim, a mediação seria aquela que liga o sensível e o simbólico. Em contrapartida, o autor afirma que esta concepção repousa sobre uma noção utópica do termo mediação, a qual recobre amplamente as relações sociais. No contexto social, a mediação promove a compreensão entre culturas distintas, enquanto que no contexto científico, ela facilita o acesso ao conhecimento dos especialistas.

Enfim, o autor afirma que a mediação se esforça para acolher, explicar, traduzir os processos, a partir do que cada indivíduo é, daquilo que cada um conhece, de sua própria cultura, por entendê-lo como estranho aos lugares e aos sujeitos culturais. A mediação reconhece que cada indivíduo é único. Assim, busca criar espaços onde ele possa sentir-se reconhecido e respeitado, observando suas diferenças. Em contrapartida, Rasse (2000) afirma que esta visão de mediação é a ideal, mas que ainda não há espaços próprios para que seja realizada. Por outro lado, pelo que o autor apresenta, pode-se dizer que a mediação faz o que é necessário a CI realizar: estudar o usuário para fornecer-lhe serviços adequados às suas necessidades. E, também, estabelecendo outro paralelo com definição de informação, esta noção de mediação equipararia ao paradigma cognitivo, uma vez que considera todo o contexto social do qual o indivíduo faz parte.

Da mesma forma em que mediação em bibliotecas era habitualmente vista como o atendimento ao usuário (ALMEIDA JÚNIOR, 2008), a mediação em museu, especialmente o de arte, era algo agregado apenas à exposição, conforme observa Cayo Honorato (2007). No entanto, esta ideia tem mudado aos poucos, uma vez que a noção de mediação tem sido abordada desde a concepção de projetos curatoriais em algumas exposições, afirma o mesmo autor.

Para Honorato (2007, p. 117), mediação em arte tem se apresentado como "um programa educativo cujo desafio é responder ao visitante médio, interessado em arte, mas não necessariamente profissional desse campo". Nesta fala, percebe-se haver mais de um tipo de mediação: aquelas que assumem "corpos pedagógicos ou assistenciais" e as voltadas àqueles que não apenas se interessam por arte como também a compreendem bem, não necessitando, assim, de orientação.

Todavia, ao mesmo tempo em que seriam justificados pela função de ampliar o uso social da produção cultural, através da partilha de um tipo de experiência que a arte promove, esses programas tem tudo para ser um instrumento de reprodução da lógica corporativa e das exclusividades que ela determina (HONORATO, 2007).

A arte-educação, ou a mediação educacional, é pensada como uma aproximação do público e a arte, sendo esta considerada como um processo educativo e a educação, conseqüentemente, como uma atividade artística e transformadora (HONORATO, 2007). No entanto, em alguns momentos a mediação educacional é entendida como sendo um serviço ou

instrumento do *marketing*. Para esclarecer melhor, o mesmo autor afirma que "a quantidade do público, aumentada pela oferta de programas educativos, interess(a) aos patrocinadores, na medida em que pode ser capitalizada pelas estatísticas" (HONORATO, 2007, p. 119). As empresas investem na produção cultural, em detrimento de outras áreas, pelo "ganho de imagem institucional, o valor agregado à marca da empresa e o esforço de seu papel social [...] (além de) benefícios fiscais e retorno de mídia" (HONORATO, 2007, p. 119).

Sob um ponto de vista mais empírico, Carmem Mörsch apresentou sua percepção sobre mediação em museus e instituições culturais, em debate realizado no auditório do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), no ano de 2008. Esta percepção dividiu-se em quatro funções, sendo: a primeira, "função afirmativa", vista como instrumento utilizado pelo museu para se autoafirmar como sendo "maquina da verdade". Esta função é abordada em visitas guiadas tradicionais e se atém aos textos curatoriais (MÖRSCH, 2008). Isto é, uma mediação que visa transmitir, apenas, os conhecimentos, as informações determinadas por seus "superiores". Esta seria, de certo modo, uma mediação vertical, de cima para baixo.

A segunda, "função reprodutiva", preocupa-se com a formação de seu público futuro, preocupada com a concorrência que terá que fazer com as novas ofertas de lazer. Neste caso, o museu preocupa-se em apresentar maiores atrativos que possam, em certa medida, "fidelizar" seu público.

Como a terceira do grupo apresenta-se a "função desconstrutiva". Esta levanta questionamentos quanto ao museu e é influenciada pelo que se tem denominado 'Nova Museologia' anglo-saxã, também pelas teorias feministas do período da década de 1960 e pelos estudos pós-coloniais (MÖRSCH, 2008). Seus questionamentos do museu se referem, por exemplo, à função de selecionar para relembrar. Isto é, escolhem artefatos/materiais, objetos que contam histórias que foram, em certa medida, caladas/esquecidas. Lara Filho (2006) relembra que a organização destes objetos é dada como instrumento de mediação, porém, as formas de agrupamento e reagrupamento dos mesmos representam culturas particulares.

Por fim, a "função transformativa". Ela é vista pela palestrante como a mais difícil de ocorrer, visto que esta função busca "melhorar" e "mudar" a vida das pessoas, suas condições sociais, combatendo a desigualdade, além de tentar, de algum modo, redefinir ou ampliar as funções que o museu tem (MÖRSCH, 2008).

Carmem Mörsch (2008) ainda ressalta, em sua fala, que estas funções entrecruzam-se conforme as situações e que não se deve pensar que uma é boa em detrimento da outra, apesar de haver conflitos entre elas. No exemplo utilizado, Documenta 12, ocorrida em Kassel, Mörsch (2008) diz que era de fundamental importância que os mediadores questionassem a si mesmo sobre quais os fins de suas ações e o que desejavam fazer (MÖRSCH, 2008). Isto significa que a mediação deve ser

pensada evento a evento, pois em cada um a exigência para com os mediadores, sua postura na realização de suas funções, será diferenciada.

Hoje em dia o museu:

[...] deve trabalhar com a busca do sentido, oferecendo a possibilidade de, a partir de correlações que estabelece na construção da informação, apresentar o objeto em seus diferentes contextos e sugerir possibilidades de apropriação e de participação efetiva das exposições (LARA FILHO, 2009, p. 168).

Mörsch (2008) busca refletir a mediação em geral, através do conceito de "tradução cultural". Para ela, o processo de tradução resulta em algo diferente do original, levantando questões relacionadas à duplicidade de seu caráter, diferentemente dramático e potencial, na medida em que pode reduzir ou produzir algo novo. Para Mörsch (2008), mediação é um processo incompleto, em que os conhecimentos do visitante e do mediador "se entrecruzam e se conflitam entre si".

Coforme aponta Honorato (2007), é necessário que a mediação reflita seu próprio caráter, configurado eventualmente como opressor, e deponha a ordem "explicadora" que distancia ainda mais a arte do público. Sob outro ponto de vista, as mediações devem preocupar-se com as diferenças étnicas, raciais, de gênero, idade, entre outras, e buscar acolher os mais diversos públicos, mas sem caracterizá-lo como conhecedor ou não conhecedor dos produtos culturais.

Em seus processos, as mediações não só podem ser realizadas por indivíduos humanos, como, também, através dos dispositivos técnicos (folders, vídeos, etiquetas etc.). Ao mesmo tempo, não apenas podem ser realizadas no meio físico, como, também, nos meios digitais/virtuais. No entanto, esta última adentra outro assunto que se relaciona aos museus virtuais ou páginas de museus na *Internet*, os quais não se abordam neste trabalho.

Como é demonstrado, o pouco que se adentra o assunto das mediações percebe-se o quanto é complexo e que envolve muitas outras noções, quais sejam informação, comunicação, tecnologia (dispositivo técnico), dentre outras. Mediação, enquanto transmissão de informação, pode tornar-se bastante subjetiva, pois a definição de informação fica a cargo do usuário e não do transmissor. Sendo assim, volta-se a estaca zero e refaz-se a pergunta: O que é mediação?

Não há uma única definição e nem linha de pensamento que trabalhe as noções de mediação. As mais diversas áreas do conhecimento apropriam-se dela e trabalham parte de seus possíveis sentidos. Ainda assim, no senso comum, mediação é vista como a ação de servir de intermediário, aquilo ou aquele que está no meio, entre dois pontos, intermediando.

Ao ser pensado o processo de mediação no âmbito museológico, os catálogos de exposição também podem ser considerados como

dispositivos pertencentes a tais processos. No entanto, devido a seus curtos prazos de confecção, comumente antes mesmo da preparação final da exposição, percebe-se que os mesmos são dispositivos falhos, transmitindo uma visão incompleta da exposição.

Outro problema que ocorre é a seleção daquilo que se configuraria como informação para o usuário a partir das percepções do mediador. Sendo o usuário quem determina o que é ou pode ser importante e, então, informativo, tal seleção não dá muitas opções de sentido para o mesmo, mas sim direciona seu saber, sua fruição. Muitas das vezes, é possível afirmar que as informações descritas no processo de mediação do museu são trabalhos meramente técnicos, sem preocupar-se com o receptor da mesma. Por outro lado, há momentos em que fica um excesso de preocupação em capacitar o público para apropriar-se dos produtos artístico-culturais, mas utilizando-se de métodos que podem não ser muito atrativos a um público mais adulto.

Para a mediação em museus, os autores Buckland, Gey e Larson (2007) propõem uma busca e exposição à exaustividade das informações relacionadas aos produtos culturais. Eles sugerem que todas as informações, desde o local original da concepção do produto, os lugares por onde passou, entre outras informações, sejam históricas ou técnicas, fiquem disponíveis ao público e este, por seu turno, faz sua própria seleção de relevância. Entretanto, este seria um falar cientificamente da obra, nas concepções de Eco (1981). Ainda assim, fica aberta ao público a possibilidade de "navegar" por entre as informações da maneira que preferir, buscando saber aquilo que lhe falta para um processo de fruição "completo".

Este falar cientificamente da obra tem fundamento no discurso científico, que se baseia em dados de fatos controláveis, segundo Eco (1981). Isto é, falar de ano de nascimento, de seus antecedentes ou dos juízos feitos sobre a mesma. Para o autor, a obra de arte constitui um fato comunicativo que necessita ser interpretado e, dessa forma, integrado ou complementado pela contribuição daquele que a frui.

Pode-se concluir, enfim, que a cada autor e a cada contexto em que o tema é empregado, o termo mediação adquire novas características (ALMEIDA, 2008). Com o uso dos computadores ligados à rede de *Internet*, os processos de mediação devem ser repensados, observando a maior autonomia dos sujeitos quanto à escolha de rumos a serem tomados diante dos produtos culturais. Entretanto, se as ofertas de sentido forem limitadas, pré-selecionadas, esta nova mediação poderá ser percebida do ponto de vista ideológico, conduzindo seu público pelos caminhos já determinados, não deixando estes sujeitos escolherem a forma de aquisição cultural.

5 Considerações

Com o exposto, percebeu-se que, em muitos casos, a CI trabalha com conceitos subjetivos e, por isso, tem dificuldades em estabelecer rumos diretos e necessários para a solução de problemas, objetivando os interesses do usuário. Tais problemas são perceptíveis nos mais variados âmbitos os quais a CI pode vir a atuar – biblioteca, arquivo, centro de documentação, museu, etc.

Na busca por amenizar tais problemas que, no caso abordado neste trabalho, vem a se relacionar à RI, a CI tenta definir parâmetros para identificar o que é informação para, a partir daí, realizar o processo de tratamento e disponibilização da mesma para posterior recuperação. No entanto, depara-se com diferentes perspectivas, as quais têm seu ponto de referência ora no objeto, ora no indivíduo, ora na coletividade a qual este indivíduo se insere.

Acredita-se que, quando observada a partir das atividades em um museu de arte, a CI, ou melhor, o profissional da informação inserido neste museu, passa a ter um elemento complicador a mais: o que se define por arte? Quanto à mediação, pode-se classificá-la como o processo de transmissão das informações culturais e artísticas contidas no museu, ao usuário do mesmo e, assim como discutido no conceito de informação, enfrenta a instabilidade do ponto de referência ao qual dar foco.

A definição de Arte, apesar de subjetiva, pode tornar-se um problema menor se o profissional da informação partir da ideia de institucionalização do objeto artístico: foi aceito no museu, é arte. Assim, o profissional não precisaria preocupar-se em compreender os processos de compreensão e determinação de tais objetos como arte, embora fosse, de fato, útil compreendê-los. Mas, o problema maior a ser enfrentado por tal profissional seria a determinação das informações a partir de uma obra de arte. As Artes datadas anteriores ao século XIX, possuem, em geral, um quadro de referência de representações já estabelecido. Dessa forma, identificar as alegorias e seus significados seria, até certo ponto, mais fácil. Acredita-se que o problema maior, talvez, viria com as artes conceituais contemporâneas, cujas significações, exigiriam muito mais daqueles que pretenderiam tratar suas possíveis informações. No entanto, isso ocorreria a partir do momento em que se considerassem as ideias de Eco (1981), de que apenas apresentar informações técnicas de uma obra de arte não seja suficiente.

Ao buscar constituir um SRI para um museu de arte, o profissional da informação daria entrada nos dados relacionados às características técnicas da obra (ECO, 1981) e àquelas provenientes de interpretações das obras. Para conseguir captar as ideias dos usuários do museu e tentar tornar mais eficaz o processo de mediação das informações artístico-cultural do museu de arte, acredita-se que poderia haver uma hibridização entre os SRIs tradicionais, mais rígidos, e as novas formas de indexação livre. Com a união de ambas, acredita-se ser possível dar importância ao rigor técnico das atividades realizadas, bem como considerar os pontos de

entrada apontados pelo usuário. Esta ideia, de certo modo, pode ser implantada tanto no ambiente virtual/digital quanto no físico.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: Encuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecologia, Archivologia, Ciências de la Información y de la Documentación de Iberoamérica y el Caribe (EDIBCIC), 7., 2006, Marília. *Anais...* Marília: UNESP, 2006.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANCIB, 2008.

ARCHER, M. *Arte contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ALMEIDA, M. A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2008. Disponível em <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/6/12>>. Acesso em: 13 set. 2008.

BARRETO, A. A. A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 4, p. 3-8, out./dez. 1994. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n04/v08n04_01.pdf>. Acesso em: 18 set. 2008.

BELKIN, N. J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. *Canadian Journal of Information Science*, v. 5, p. 133-143, 1980 *apud* LE COADIC, Y-F. *A ciência da informação*. 2 ed. rev. amp. Brasília: Brinquet de Lemos, 2004.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 05, p. 351-360, 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 22 ago. 2006.

BUCKLAND, M. K.; GEY, F. C.; LARSON, R. R. Access to heritage resources using what, where, when, and who. In: TRANT, J.; BEARMAN, D. (Eds.). *Museum and the web 2007: Proceedings*. Toronto: Archives & Museum Informatics, 2007. Disponível em: <<http://www.archimuseu.com/mw2007/papers/buckland/buckland.html>>. Acesso em: 29 maio 2009

BUSH, V. As we may think. *Atlantic Monthly*, v. 176, n. 1, p. 101-108. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>>. Acesso em: 8 maio 2009.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8.,

2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 10 maio 2009.

CAPURRO, R.; HJÖRLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciências da Informação*, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/54/47>>. Acesso em: 18 set. 2008.

CATARINO, M. E.; BAPTISTA, A. A. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na Web. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, jun. 2007. Disponível em: <http://dgz.org.br/jun07/Art_04.htm>. Acesso em: 1 dez. 2009.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? *Prisma - Revista de Ciência da Informação e da Comunicação*, n. 4, p. 03-36, jun. 2007. Disponível em: <[http://prisma.cetac.up.pt/A mediação a comunicação em processo.pdf](http://prisma.cetac.up.pt/A%20media%C3%A7%C3%A3o%20a%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20em%20processo.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2009.

ECO, U. *A definição de arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

GRIFFITH, B. C. (Ed.). *Key papers in information science*. New York: Knowledge Industry Publ., 1980 *apud* CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 10 maio 2009.

HONORATO, C. Expondo a mediação educacional: questões sobre educação, arte contemporânea e política. *ARS*, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 103-114, 2007. Disponível em: http://www.cap.eca.usp.br/ars9/cayo_honorato.pdf. Acesso em: 10 abr. 2009.

LARA FILHO, D. *Museu: de espelho do mundo a espaço relacional*. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LARA FILHO, D. Museu, objeto e informação. *TransInformação*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 163-169, mai./ago. 2009. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index.php>>. Acesso em: 25 set. 2009.

LARA, M. L. G. Informação, informatividade e lingüística documentária: alguns paralelos com reflexões de Hjørlando e Capurro. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, dez. 2008. Disponível em: <http://dgz.org.Br/dez08/Art_01.htm>. Acesso em: 10 maio 2009.

LATOURET, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Orgs). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2000.

LE COADIC, Y-F. *A ciência da informação*. 2 ed. rev. amp. Brasília: Brinquet de Lemos, 2004.

MOOERS, C. N. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. *American Documentation*, v. 2, p. 20-32, 1951 *apud* SARACEVIC, T. Information Science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives. Proceedings of the International Conference for the celebration of 20th anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, 26-28, 1991*. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 5-27.

MÖRSCH, C. *A experiência educativa na Documenta 12*. Auditório MAM - Museu de Arte Moderna de São Paulo, 08 ago. 2008. Debate. Disponível em:

<http://www.forumpermanente.org/.event_pres/exposicoes/documenta-12-1/a-experiencia-educativa-na-documenta-12/>. Acesso em: 06 abr. 2009.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A "Informação Construída" nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 1-9, out. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_05.htm>. Acesso em: 28 nov. 2010.

PINHEIRO, L. V. R. Ciência da informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares. In: GONZÁLEZ DE GÓMES, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Orgs.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EDUFRN, 2006. p. 111-141.

RASSE, P. La médiation, entre idéal theorique et application pratique. *Recherche en Communication*, v. 13, s/n., p. 61-75, 2000.

RODRIGUES, B. C. ; CRIPPA, G. A ciência da informação e suas relações com arte e museu de arte. *Biblionline*, João Pessoa, v. 5, n. 1/2, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/issue/view/402>>. Acesso em: 7 dez. 2009.

SARACEVIC, T. Information Science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives. Proceedings of the International Conference for the celebration of 20th anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, 26-28, 1991*. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 5-27.

_____. Interdisciplinary nature of information science. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.

_____. Information science. *JASIS – Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999. Disponível em: <<http://www.scils.rutgers.edu/~tefko/JASIS1999.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

TEIXEIRA COELHO. *Dicionário crítico de políticas culturais: Cultura e imaginário*. 3 ed. São Paulo : FAPESP; Iluminuras, 2004.